

ARTIGO
30/01/2025

CONSUMISMO E REFLEXO NA SUSTENTABILIDADE

** Guilherme Augusto Gonzaga da Silva*

** Tiago José da Silva*

Desde a Revolução Industrial ocorrida no século XVIII, especialmente na sociedade ocidental, desenvolveu-se um modelo de sociedade voltada ao consumo. Essa mudança social se deu em um contexto de migração populacional para os centros urbanos, estimulada pela oferta de empregos em larga escala nas indústrias, que alteraram o modo de produção artesanal para o sistema de produção industrial em massa. Ao mesmo tempo que essa massa populacional migrou para os centros urbanos esses trabalhadores passaram a ser também consumidores com seu poder de compra aumentado. Nesse período, autores como Henry Ford defenderam o aumento de salários para os funcionários e a concessão de créditos bancários para ampliação do poder aquisitivo.

A partir desse modelo de sociedade baseada no consumo surgiu o conceito de “consumismo” que se trata do consumo em excesso, geralmente sem necessidade real. Tal comportamento evoluiu ao longo do tempo e se intensificou com a globalização na segunda metade do século XX e atingiu patamares ainda mais exorbitantes com a era da Informação.

Nesse contexto da atualidade, há uma constante disseminação de informações e propagandas direcionadas às massas pelos diferentes meios de comunicação, estimulando o consumo de tal modo que há uma alteração de valores coletivos, fazendo com que o consumo passe a carregar uma carga de status social e um meio de aceitação e validação social e indicador de pertencimento a grupos sociais específicos.

Contudo, esse modelo de consumo é questionável do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, uma vez que num contexto de produção e consumo em massa há também a geração de resíduos em quantidade proporcional, comprometendo a capacidade do planeta em degradar os resíduos produzidos e o fornecimento de matéria-prima para continuidade de produção em larga escala. A geração de resíduos, por exemplo, pode ser considerada um indicador do consumismo na sociedade, sendo oriunda, em muitos casos, de desperdício ou obsolescência planejada - artifício intencional de reduzir o tempo de utilização de um produto, por meio de mudanças contínuas, fazendo com que cada lançamento de uma versão torne a anterior obsoleta.

Diante dessa problemática ambiental, reflexo do consumismo na sociedade, é fundamental o estabelecimento de políticas públicas de promoção de consumo mais consciente e sustentável, visando mitigar os impactos ambientais causados. Recentemente, esforços têm sido empreendidos, tanto a nível global, quando no âmbito nacional, para o estabelecimento dessas políticas públicas ou ações relacionadas.

ARTIGO
30/01/2025

A nível global, a Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu desde 2015 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são uma coleção de 17 objetivos globais e fazem parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, servindo como direcionadores aos governos, organizações e sociedade civil para desenvolver e implementar estratégias de desenvolvimento sustentável.

Dentre eles o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 12, aborda "Consumo e Produção Sustentáveis" com foco principal em garantir padrões de consumo e produção sustentáveis, promovendo a utilização eficiente dos recursos naturais com o objetivo reduzir os impactos ambientais associados ao consumo excessivo.

Por sua vez, a nível nacional, no Brasil, por exemplo, há a Lei Federal nº 13.186/2015, que institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável, estabelecendo objetivos de incumbências dos poderes públicos federal, estadual e municipal, por meio de promoção de campanhas e capacitação de profissionais.

Esse instrumento possui destacada relevância na formação de novos valores relacionados ao consumo por estar voltado a uma ação educativa. Contudo, tende a apresentar resultados no médio e longo prazo, sendo fundamental o estabelecimento de ações no curto prazo para conter a degradação ambiental causada pelo consumo excessivo e que já afeta diversos fatores da sociedade atual.

Esse estabelecimento de políticas públicas com resultados no curto prazo é uma tarefa complexa, especialmente em um país de dimensões territoriais como a do Brasil e alta diversidade econômica e social. Essa tarefa envolve a análise do contexto regional e local da implementação da política pública e o desenvolvimento e uso de indicadores específicos que levem conta a dinâmica ambiental e social relacionada, já que apenas os indicadores de custo-benefício não são suficientes nesse contexto.

Diante disso, o uso de indicadores voltados a análise de sustentabilidade, que levam em conta especificidades da temática ambiental relacionadas ao consumismo são instrumentos fundamentais na elaboração de políticas públicas de sustentabilidade. A Pegada Ecológica, por exemplo, é uma metodologia de "contabilidade ambiental" que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais, medindo os rastros deixados no planeta a partir dos hábitos de consumo, relacionando o tamanho das áreas produtivas terrestres e marinhas necessárias para sustentar determinado estilo de vida. No Brasil, por exemplo, a média é de 2,9 hectares por habitante, estando acima da média mundial de 2,7 hectares por habitante. Esse indicador pode ser aliado na formulação de políticas públicas relacionadas ao consumo e sustentabilidade.

Como caminho para redução do impacto ambiental causado pelo consumismo e consequente viabilidade de um modo de vida sustentável, é necessário encarar a preservação do meio ambiente como uma responsabilidade coletiva, reduzindo a Pegada Ecológica e respeitando a

ARTIGO
30/01/2025

capacidade regenerativa do planeta. Além disso, um modelo de consumo que seja sustentável do ponto de vista ambiental deve ser visto como sinônimo de qualidade de vida, uma vez que proporcionaria bem-estar de forma sustentável para as gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

CAVACO, Nanci Azevedo. Consumismo é coisa da sua cabeça, o poder do neuromarketing. Editora Ferreira. Rio de Janeiro, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração. Editora Atlas. 2021

FILHO, Gino Giacomini. Meio Ambiente & Consumismo. Editora Senac São Paulo, 2008.

MOREIRA, Elisabete de Abreu Lima. Administração Geral e Pública. Editora Juspodivum. 2ª Edição. 2017.

WWF, Relatório. A Pegada Ecológica de São Paulo e Capital e a família de pegadas. Brasília, 2012. Disponível em <https://repositorio.cetesb.sp.gov.br/items/1e48302b-fa4f-4868-960b-e25e31466ed8/full>

WWF. Pegada Ecológica, que marcas queremos deixar no planeta? Brasília, 2007.

**** Guilherme Augusto Gonzaga da Silva é Chefe Técnico da Fiscalização da Unidade Regional do TCESP em Itapeva.***

**** Tiago José da Silva é Auxiliar Técnico da Fiscalização na Unidade Regional do TCESP em Itapeva.***